

# O projeto de arquitetura na cidade histórica

Vítor Cóias | Diretor da P&C | [vitorcoias@gestip.pt](mailto:vitorcoias@gestip.pt)

*A Lei<sup>1</sup> atribui a responsabilidade pela elaboração dos projetos das construções aos “arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros e engenheiros técnicos”, “na área das suas qualificações e especializações”. O diploma legal citado não foi, no entanto, concebido para a reabilitação de construções existentes e, muito menos, para a intervenção em edifícios ou conjuntos que constituem Património Cultural Construído (PCC). De facto, as palavras património, reabilitação, restauro e conservação (esta no contexto do PCC) nem sequer aparecem no diploma, que remete para uma portaria<sup>2</sup> no que respeita aos diferentes tipos de projeto. Esta portaria define, por seu turno, quatro tipos de projeto relacionados com a reabilitação do edificado: projeto de ampliação, projeto de reabilitação, projeto de reforço e projeto de remodelação, mas não contém, depois, referência às intervenções de reabilitação do edificado e ignora totalmente as de conservação do PCC.*



Quanto às qualificações e especializações dos técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos, a Lei baseia-se em atributos como os níveis de qualificação concedidos pelas associações profissionais, nomeadamente *sénior* ou *conselheiro*, os títulos atribuídos pelas mesmas associações, como *especialista*, e o número de anos de experiência profissional.

Ora, a detenção de níveis de qualificação não é suficiente para o estabelecimento de requisitos de qualificação para a elaboração de projetos, dado que os critérios de atribuição de tais níveis não têm a necessária especificidade. Por idêntica razão, mesmo a detenção de um título de *especialista* só é adequada se a especialização incidir, com suficiente precisão, sobre o tipo de projeto a elaborar ou o tipo de obra a dirigir, o mesmo se podendo dizer do número de anos de experiência profissional.

Estas insuficiências quanto à exigência de qualificação aos autores dos projetos são agravadas, no caso dos arquitetos, porque, ao contrário do que acontece com os engenheiros, a Ordem dos Arquitetos não define nem níveis de qualificação nem especializações, tornando possível que qualquer arquiteto, uma vez inscrito na sua Ordem, se possa considerar competente para projetar seja que obra for, incluindo as que envolvem o PCC. De facto, um diploma legal, que remonta aos anos 80<sup>3</sup>, aplica expressamente o mesmo princípio ao PCC, estabelecendo que “*são da responsabilidade de architecto todos os projectos de architectura referentes a obras de recuperação, conservação, adaptação ou alteração de bens imóveis classificados, de qualquer tipo, localização ou uso, e nas respectivas zonas especiais de protecção*”, e definindo, como único requisito de qualificação, a inscrição na câmara municipal licenciadora! Para agravar esta situação, já de si absurda, um levantamento recente feito pela arquiteta Soraya Genin permitiu constatar que, em Portugal, ao contrário do que se espe-



1 2



raria face à antiguidade do referido diploma, os Mestrados Integrados em Arquitetura (e, segundo o estudo, também em Engenharia Civil) não oferecem formação adequada para a elaboração de projetos de conservação do PCC, sendo nulo ou muito reduzido nos respetivos planos de estudo, o número de unidades curriculares para tal relevantes.

É certo que, desde 2016, existe na Ordem dos Arquitetos o Colégio do Património Arquitetónico. Mas, evitando afrontar a prática instituída entre os arquitetos portugueses, segundo a qual “todos podem projetar tudo”, o regulamento exclui expressamente qualquer “restrição dos atos próprios dos arquitetos tal como estão consignados no Estatuto da Ordem dos Arquitetos”.

Esta permissividade é contrariada em diversas cartas, recomendações e convenções internacionais e, em particular as recomendações do ICOMOS e do Conselho da Europa (algumas das quais ratificadas por Portugal), que são

claras quanto à especificidade da conceção e execução das obras envolvendo o PCC e à necessidade de elas serem reservadas a profissionais e a empresas com adequada qualificação. Dentre essa copiosa documentação, destacam-se, em particular:

- A Declaração de Amsterdão (Congresso do Património Arquitetónico Europeu, 1975);
- A Carta Europeia do Património Arquitetónico (Conselho da Europa, 1975);
- Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, 1987);
- As Orientações sobre a Educação e a Formação para a Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios (ICOMOS, 1993);
- A Carta de Villa Vigoni sobre a proteção dos Bens Culturais da Igreja (1994);
- A Carta de Cracóvia – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído (2000);
- A Convenção Quadro relativa ao valor do Património Cultural para a Sociedade (Conselho da Europa, 2005).

1 | O Largo de S. Miguel, em Alfama, na atualidade.

2 | Idem, o que se pretende fazer.

3 | Praça das Flores, Lisboa – Edifício em vias de demolição para construção de um novo, totalmente dissonante, segundo um projeto indevidamente aprovado. Esta imagem, divulgada pelo Jornal Público, foi obtida pouco antes de iniciada a demolição. Esta foi, em seguida, travada por uma providência cautelar. © Público.

4 | Projeto do edifício de substituição, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa apesar de ser totalmente dissonante do conjunto da Praça. A obra está, agora, suspensa e os moradores procuram assegurar, recorrendo à tutela jurisdicional do Património, uma integração mais harmoniosa do edifício a construir.



3





“

**Para além da competência ética, tantas vezes posta à prova pela avidez do negócio imobiliário, a intervenção do arquiteto na cidade histórica pressupõe competências específicas ao nível da atitude e do conhecimento. Ao nível da atitude, porque tais intervenções envolvem um módico de humildade para aceitar limites e a sensibilidade necessária para percecionar esses limites, muitas vezes de natureza subjetiva; ao nível do conhecimento, porque elas fazem apelo ao estudo, não só dos antecedentes históricos dos conjuntos ou dos edifícios, mas também dos processos e materiais em presença e do maior ou menor contributo destes para o valor cultural daqueles.**

”

Para além da competência ética, tantas vezes posta à prova pela avidez do negócio imobiliário, a intervenção do arquiteto na cidade histórica pressupõe competências específicas ao nível da **atitude** e do **conhecimento**. Ao nível da atitude, porque tais intervenções envolvem um módico de humildade para aceitar limites e a sensibilidade necessária para percecionar esses limites, muitas vezes de natureza subjetiva; ao nível do conhecimento, porque elas fazem apelo ao estudo, não só dos antecedentes históricos dos conjuntos ou dos edifícios, mas também dos processos e materiais em presença e do maior ou menor contributo destes para o valor cultural daqueles.

Não faltam, de resto, entre os próprios arquitetos, vozes que alertam para o excessivo protagonismo e permissividade no projeto de intervenções de reabilitação do PCC tratado, frequentemente, como se fosse uma simples sobreposição de sucessivas modificações e atualizações, às quais consideram alguns ser legítimo apor a sua própria “marca”. Em resultado, têm proliferado, em edifícios e conjuntos das nossas cidades históricas, exemplos de confronto entre passado e presente, em que o primeiro se torna o simples pano de fundo para a celebração do segundo.

Contra a “incontinência criativa” de alguns arquitetos que acham que, para serem criativos, têm de ser totalmente livres, argumentam outros arquitetos que, ao contrário, é a aceitação de limites que desafia e põe em evidência a

criatividade. Porque há limites para a liberdade criativa quanto se intervém num edifício antigo ou no tecido urbano consolidado. Limites que são ditados pelo dever de evitar as perdas de valor cultural, assegurando a compatibilidade com o existente, desde o programa até às técnicas e aos materiais, de modo a não comprometer o significado cultural materializado na substância física e na definição formal do edifício ou do conjunto edificado ■

#### NOTAS

1. Lei n.º 31/2009, de 3 de julho – Qualificação profissional dos responsáveis por projetos e pela fiscalização e direção de obra, com as alterações da Lei 40/2015, de 1 de junho.
2. Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.
3. Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de junho. Projectos de arquitectura em imóveis classificados e respectivas zonas de protecção.

